

TERMO DE REFERÊNCIA N. 18/2024

1. OBJETO

Processo Licitatório para eventual e futura contratação de pessoa física ou jurídica especializada para prestação de serviços técnicos e fornecimento de peças, para instalação, desinstalação, manutenção corretiva e preventiva de equipamentos odontológicos da Secretaria Municipal de Saúde – SMS do Município de Itajaí, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Especificações e quantidades

ITEM	MATERIAL/SERVIÇO	QTD	MEDIDA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviços técnicos para instalação, desinstalação, manutenção corretiva e preventiva de equipamentos odontológicos para a Secretaria de Saúde de Itajaí.	12	Mês	R\$ 16.645,00	R\$ 199.740,00
<ul style="list-style-type: none">• Está previsto a estimativa de peças no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês, que serão adquiridas conforme a necessidade da Gerência de Ações odontológicas, durante a vigência do contrato.• Para as peças mencionadas acima, a empresa deverá apresentar 03 (três) orçamentos das peças que serão trocadas, sendo que os orçamentos e as peças poderão ser contestados pela Contratante;• O valor total estimado para 12 (doze) meses será de R\$ 379.740,00 (Trezentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta reais), considerando os serviços técnicos e aquisição de peças;					

1.2. Da natureza do objeto

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



2.JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Devido à necessidade de continuo uso dos equipamentos, é imperativo que exista uma manutenção preventiva e corretiva dos problemas advindos do desgaste e uso, para que desta forma a população possa ser atendida adequadamente. Sendo necessário assegurar a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos materiais e equipamentos, por meio de ações de natureza continuada, proporcionando a utilização regular dos equipamentos, evitando que a depreciação natural dos bens comprometa o rendimento dos mesmos e a segurança dos usuários. A pretensa contratação se justifica ainda, pela indisponibilidade de mão de obra especializada no quadro de servidores para a execução dos serviços que compõem o objeto desta licitação, bem como a falta de equipamentos e ferramentas para a execução desses serviços. Há de se considerar ainda, o consumo de materiais de reposição empregada na manutenção e que, em sua maioria, não são estocáveis pelas suas próprias características, ou no mínimo, a aquisição de peças relativas aos imprevistos, a qualquer tempo, dificilmente ocorreria de imediato pela falta de mobilidade ocasionada pela própria burocracia da máquina pública, o que causariam sérios transtornos à Administração.

3.DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação da solução escolhida será realizada por Pregão Eletrônico. O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☒ Não

☐ Sim

4.2. Será exigido amostra do (s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

☒ Não

☐ Sim



4.3. Será exigida prova de conceito?

- (x) Não
() Sim

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

- (x) Não
() Sim

4.5. Será exigida garantia de proposta?

- (x) Não
() Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- **Apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível com o objeto da presente licitação;**
- **A empresa proponente deverá comprovar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), compatível com o objeto da licitação.**
- **A empresa proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA ter executado serviço compatível com o objeto ora licitado, ou seja, manutenção/ instalação/desinstalação de equipamentos odontológicos.**
- **Apresentar registro e/ou certidão de inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do(s) responsável (eis) técnico(s) e dos demais profissionais técnicos que participarão na condução dos serviços, devendo constar, no mínimo, um Engenheiro Eletricista e um Engenheiro Mecânico.**
- **Os responsáveis técnicos, engenheiro eletricista e engenheiro mecânico, deverão, por intermédio de documento (certidão,**



declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do CREA, comprovar experiência na execução de serviço compatível com o objeto ora licitado, devendo constar no mínimo, manutenção/ instalação/ desinstalação de equipamentos odontológicos, manutenção de aparelhos de raio-x, manutenção de autoclaves e compressores. Caso não conste todos os serviços em uma certidão, serão aceitos mais certidões e atestados de forma a atender todos os serviços.

A exigência de que equipes de manutenção odontológica possuam registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) fundamenta-se na natureza técnica e especializada dos serviços envolvidos na instalação, desinstalação, manutenção de equipamentos odontológicos, os quais apresentam sistemas mecânicos, elétricos e eletrônicos complexos que demandam conhecimentos específicos para instalação, calibração e manutenção preventiva e corretiva. Conforme a **Lei nº 5.194/1966**, que regula o exercício das profissões de engenheiro e correlatas no Brasil, apenas profissionais habilitados e registrados nos respectivos conselhos podem exercer atividades técnicas em suas áreas de competência, sendo o **Artigo 13** particularmente relevante ao estabelecer que tais atividades são privativas dos profissionais registrados. Adicionalmente, a **Resolução CONFEA nº 218/1973** define as atribuições profissionais dos engenheiros, atribuindo-lhes responsabilidade por projetos, execuções, instalações, manutenções e operações que envolvam sistemas elétricos, mecânicos e eletrônicos. A manutenção inadequada desses equipamentos pode acarretar riscos significativos à saúde de pacientes e profissionais, tornando essencial que a equipe esteja legalmente habilitada para assegurar a qualidade e a segurança dos serviços prestados. Empresas registradas no CREA são obrigadas a indicar um responsável técnico, profissional que responde legalmente pela qualidade dos serviços, agregando responsabilidade adicional e compromisso com as normas técnicas e regulatórias. Para justificar essa exigência, além das normativas mencionadas, podem ser citadas decisões judiciais e pareceres técnicos que reforçam a necessidade de registro no CREA para empresas que executam serviços técnicos especializados. Dessa forma, a obrigatoriedade do registro no CREA para equipes de manutenção odontológica é essencial para garantir conformidade legal, qualidade e segurança nos serviços prestados, em alinhamento com a **Lei nº 14.133/2021** que rege as contratações públicas atuais.

A exigência de registro no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) não se aplica às equipes de manutenção odontológica, pois as atividades reguladas por esse conselho estão relacionadas ao exercício profissional de arquitetos e urbanistas em projetos, planejamento e execução de obras arquitetônicas e urbanísticas. A manutenção de equipamentos odontológicos não envolve competências ou atribuições do campo da arquitetura ou urbanismo, não havendo, portanto, necessidade de registro no CAU para essas atividades. De maneira similar, o CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) regulamenta a profissão dos técnicos industriais de nível médio, cujas atribuições estão delimitadas a atividades de menor complexidade técnica. Embora os técnicos industriais possam atuar em áreas correlatas, a instalação, desinstalação e



manutenção de equipamentos odontológicos exige conhecimentos avançados em sistemas elétricos, mecânicos e eletrônicos, que são atribuições privativas de engenheiros conforme estabelecido pela **Lei nº 5.194/1966** e pela **Resolução CONFEA nº 218/1973**. Assim, o registro no CREA é o requisito adequado para assegurar a competência técnica e legalidade das equipes envolvidas, não sendo necessário o registro no CFT.

Justifica-se apenas a solicitação de registro no CREA conforme disposições da legislação supracitada.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

O fornecimento do serviço deverá ser realizado sob demanda, após a solicitação por e-mail, por telefone ou mensagem de texto. Os serviços serão registrados conforme Comunicação Interna (C.I) expedida pela Gerência da Odontologia da Secretaria Municipal de Saúde/SMS e/ou Comunicação interna provinda da Unidade de Saúde solicitante. E a Contratada deverá, obrigatoriamente, confirmar o recebimento do pedido. A prestadora do serviço de atender os chamados no limite do tempo padrão entre o chamado e a presença do técnico, no prazo máximo de 02 (duas) horas. O referido prazo foi o mesmo do contrato de prestação de serviços anterior, sendo atendido plenamente pela contratada.

6.2. Local, horário e endereço de entrega

Os serviços deverão ser prestados nos locais de atendimento odontológico (quadro abaixo), no horário compreendido das 07:00 horas às 19:00 horas de segunda a segunda - feira (sábados, domingos e em dias de semana nos horários após as 19:00 até as 07:00 em casos emergenciais).

	UNIDADE	QTD. CONSULTÓRIOS
1	Centro de Referência de Doenças Infecciosas (CEREDI) - Rua Jorge Tzachel, nº 78 – Bairro Fazenda	01
2	Centro Especializado em Odontologia (CEO) – Av. Gov. Adolfo Konder, nº 559 – Bairro São Vicente	07
3	Unidade de Saúde Miro Sedrez – Cordeiros - Rua Odílio Garcia, s/nº, próximo à igreja de São Cristóvão – Bairro Cordeiros	01



4	Unidade de Saúde Vinicius Ivan Alves Pedreira – Cidade Nova I - Rua Agílio Cunha, s/nº – Bairro Cidade Nova	01
5	Unidade de Saúde João Victorino – Cidade Nova II - Rua Agílio Cunha, s/nº, em frente ao colégio Pedro Rizzi – Bairro Cidade Nova	01
6	Unidade de Saúde Promorar II - Avenida Ministro Luiz Galloti, s/nº, Promorar II – Bairro Cidade Nova	01
7	Unidade de Saúde São Vicente - Rua Padre Paulo Condla, nº 392 – Bairro São Vicente	01
8	Unidade de Saúde Bernardino Miguel Peirão – Rio Bonito - Avenida Arq. Nilson Edson dos Santos, s/nº, Loteamento Rio Bonito – Bairro São Vicente	06
9	Unidade de Saúde Rotariano Agenor Krobel – Bambuzal - Rua São Joaquim, nº 399, Loteamento Bambuzal – Bairro São Vicente	01
10	Unidade de Saúde Costa Cavalcante - Rua Espírito Santo, s/nº - Bairro Costa Cavalcante	01
11	Unidade de Saúde Jardim Esperança - Rua Sebastião Romeu Soares, s/nº, em frente ao colégio Melvin Jones – Bairro Cordeiros	02
12	Unidade de Saúde Bento Rampelotti – Murta - Rua Orlandina Amália Pires Correa, nº 300 – Bairro Murta	01
13	Unidade Saúde Votorantim - Rua Selso Duarte Moreira, nº 1442, Loteamento Votorantim – Bairro Cordeiros	01
14	Unidade de Saúde Salseiros - Rua César Augusto Dalçoquio, s/nº – Bairro Salseiros	01
15	Unidade de Saúde Rachel Dalçoquio de Borba – Espinheiros - Rua Firmino Vieira Cordeiro, nº 1778 – Bairro Espinheiros	01
16	Unidade de Saúde Santa Regina - Rua Domingos de Almeida, s/nº – Bairro Santa Regina	01



17	Unidade de Saúde Elizabet Caetano Pacheco – Portal II - Rua Nono Emilio Dalçoquio, nº 760 – Loteamento Portal II –Bairro Espinheiros	01
18	Unidade de Saúde Nossa Senhora das Graças - Rua Uruguai, nº 458, bloco F7 da Univali – Bairro Centro	03
19	Unidade de Saúde Manoel Amândio Vicente – Canhanduba - Estrada Geral da Canhanduba, s/nº – Bairro Canhanduba	01
20	Unidade de Saúde Fernando Wippel – Itaipava - Avenida Itaipava, s/nº – Bairro Itaipava	01
21	Unidade de Saúde Leopoldo Fischer – Brilhante - Rua José Lana, nº 70 – Bairro Brilhante	01
22	Unidade de Saúde Ignácio Theodoro Pereira – Limoeiro - Rua Edmundo Leopoldo Merisio, s/nº – Bairro Limoeiro	01
23	Unidade de Saúde Enfermeira Oswine Lorens – Imaruí - Rua Leodegário Pedro da Silva, s/nº – Bairro Imaruí	02
24	Policlínica São João - Rua Pedro Rangel, nº 130, ao lado da igreja – Bairro São João	01
25	Unidade de Saúde Centro-Vila - Rua Alberto Werner, nº 333 – Bairro Vila Operária	01
26	Unidade de Saúde Fazenda e Cabeçadas - Rua José Correia, nº 163 – Bairro Fazendinha	01
27	Unidade de Saúde Vivaldo João Linhares – Praia Brava - Rua Bráulio Werner, 124 – Praia Brava	01
28	Unidade de Saúde Parque do Agricultor - Rua Mansueto Felizardo Vieira, nº 557 – Comunidade da Baía, junto ao Parque do Agricultor Gilmar Graf	01
29	Unidade de Saúde São Francisco de Assis - Rua João Antônio Martins, s/nº, Loteamento São Francisco de Assis – Bairro Santa Regina	01



30	Unidade de Saúde São Pedro - Rua Francisco Boaventura da Silva, nº 54 – Bairro Itaipava	01
31	Unidade de Saúde São Roque - Rua Domingos Rampelotti, nº 1299 – Bairro São Roque	01
32	Unidade de Saúde São Judas - Rua Pedro Joaquim Vieira, 179 – Bairro São Judas	01

6.3. Bens perecíveis

(x) Não

() Sim

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

(x) Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições:

Com o objetivo de não prejudicar o atendimento à população, a empresa vencedora deverá dispor, no período do contrato, os seguintes equipamentos para atendimento emergencial: 05 compressores; 05 autoclaves; 10 canetas de alta rotação; 10 contra-ângulos; 10 micro-motores; 05 fotopolimerizadores; 05 amalgamadores. As peças ou módulos considerados sem conserto e substituídos por outro, definitivamente, serão considerados de propriedade do Fundo Municipal de Saúde/SMS e a empresa de assistência deverá encaminhar essas peças ou módulos ao Departamento de Manutenção da SMS. O Fundo Municipal de Saúde/SMS rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto/serviço executado em desacordo com o contrato. A prestadora do serviço será responsável pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato. A prestadora do serviço obriga-se a executar os serviços mencionados, segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo ainda garantia para os serviços/peças fornecidos, conforme os preceitos de mercado.



7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;
- d) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;
- e) manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- f) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- g) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- h) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;



- e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO CONTRATO

8.1. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato será de 12 meses, contados da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado conforme previsões da Lei nº 14.133/2021.

8.2. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Mylene Martins Lavado
Cargo: Secretária Municipal de Saúde
Matrícula: 1396706
E-mail: gabinete.sms@itajai.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Ilse Maria Allenstein Gondim Bork
Cargo: Gerente de Ações Odontológicas
Matrícula: 946001
E-mail: odontologia@itajai.sc.gov.br

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.4 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria de Saúde, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicada pelo Contratado em sua proposta comercial.


10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação: 425.

11. DO VALOR ESTIMADO

O valor estimado será de **R\$ 379.740,00 (Trezentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta reais);**

Itajaí/SC, 18 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **MYLENE MARTINS LAVADO**
Data: 21/02/2025 19:10:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mylene Martins Lavado
Secretária Municipal de Saúde